

Cadernos Espinosanos

número especial sobre Leibniz



ESTUDOS SOBRE O SÉCULO XVII

n. 34 jan-jun 2016 ISSN 1413-6651

LINGUAGEM E VERDADE EM LEIBNIZ

Chaianne Maria da Silva Faria

Mestranda, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

chaianne.faria@usp.br

RESUMO: Nos ensaios em que discute o aperfeiçoamento da língua alemã, Leibniz destaca o papel desempenhado pelos signos em geral para a construção das ciências, opondo-se aos que defendem ser preciso sempre a considerar a coisa mesma a fim de descobrir suas propriedades. Para o filósofo, se não houvesse signos capazes de substituir a coisa e a ideia que temos dela, e tivéssemos de remontar continuamente à natureza visada e refazer sua definição, não haveria escolha senão cessar o próprio diálogo com o outro e a própria reflexão. E o que torna um signo apto a ocupar o lugar de uma realidade e se prestar à constituição de conhecimento racional acerca das coisas é que ele exprima, em sua disposição e nas relações que estabelece com outros caracteres, as relações e propriedades que constam da coisa da qual é signo, de sorte que a partir de seu emprego seja possível chegar à coisa mesma. Isto posto, nosso objetivo será discutir o papel da linguagem para raciocinar, bem como a natureza dos termos e essa sua relação com as coisas que significam e pelas quais supõem, a fim de entender como Leibniz pode definir as proposições verdadeiras como aquelas em que há uma ligação coerente entre os termos e simultaneamente afirmar que é preciso encontrar na própria coisa um fundamento apto a justificar a proposição e demonstrá-la *a priori*.

PALAVRAS-CHAVE: linguagem, verdade, signo, expressão, suposição.

I

Ao comentar a doutrina leibniziana da verdade, Quintín Racionero (1994) chama a atenção para o fato de que na maior parte dos textos em que expõe sua concepção de verdade, Leibniz não trata do que constitui a verdade mesma, mas oferece, mais precisamente, uma definição de enunciado verdadeiro. O que o filósofo alemão afirma frequentemente é que “Verdadeira é a proposição cujo predicado está contido no sujeito”, o que estabelece, à primeira vista, ao menos duas coisas: em primeiro lugar, que a verdade é um predicado de enunciados, um atributo que se diz de proposições e, em segundo, que as condições de verdade de toda proposição verdadeira repousam estritamente nos termos que a constituem, na relação que entre eles se estabelece e em que a noção veiculada por sua composição ou articulação no discurso seja uma noção consistente, ou, dito por outras palavras, que o conceito resultante da combinação entre o termo sujeito e o termo predicado seja uma noção possível. Falsas, por outro lado, são as proposições contraditórias, nas quais a inclusão do predicado no sujeito como um de seus fatores exprime um conceito do qual se podem derivar por meio da análise e, ao mesmo tempo, consequências que se contradizem.

No entanto, nos mesmos textos em que parece definir a verdade das proposições exclusivamente segundo a consistência da ligação entre os nomes que nelas ocorrem, Leibniz escreve, seja na sequência da definição exposta acima, seja numa formulação que a precede, ora que toda predicação verdadeira tem algum fundamento na natureza das coisas (cf. LEIBNIZ, 2004, §8, p.16), ora que a ligação por ele concebida entre sujeito e predicado numa proposição verdadeira não é outra senão

aquela que se encontra ordinariamente entre as coisas na natureza¹, ora que, dado o vínculo estabelecido entre os dois termos, é preciso que haja nas coisas mesmas um fundamento apto a justificar a ligação enunciada. Esta última elaboração é a que aparece num opúsculo intitulado *Da natureza da verdade*, escrito em 1686, no qual Leibniz afirma:

Verdadeira é a proposição cujo predicado está contido no sujeito, ou, mais geralmente, cujo conseqüente está contido no antecedente, e por isso é necessário que exista uma certa conexão entre as noções dos termos ou que haja na coisa mesma um fundamento a partir do qual se possa dar a razão da proposição ou estabelecer uma demonstração *a priori* (LEIBNIZ, 1982, p. 400).

Leibniz apresenta, portanto, duas definições de proposição verdadeira, as quais são formuladas simultaneamente e ocorrem nos mesmos textos, a despeito da oposição que à primeira vista se estabelece entre ambas: de uma parte, há aquela definição que não parece demandar como requisitos da verdade mais que os termos que comparecem no enunciado e a relação logicamente consistente entre eles; e, de outra, uma que assume como fator de verdade de toda predicação verdadeira a correspondência entre o que a proposição afirma ou nega e um substrato ontológico de que o enunciado é mera descrição, ou, dito de outro modo, uma proposição é verdadeira desde que consista numa ligação entre os nomes *correspondente* àquela que de fato se dá entre as naturezas nomeadas. Com efeito, não obstante a diferença entre as

1 Cf. as cartas a Arnauld: “Sempre, em toda proposição afirmativa verdadeira, necessária ou contingente, universal ou singular, a noção do predicado está contida de alguma maneira na do sujeito; *praedicatum inest subjecto*; ou então não sei o que é a verdade. Ora, não peço aqui mais que a ligação que se encontra *a parte rei* entre os termos de uma proposição verdadeira” (LEIBNIZ, 1946, p. 78).

duas definições, as passagens mencionadas acima não deixam de dar testemunho de que, ao mesmo tempo em que escreve que a afirmação ou negação enunciadas pela proposição verdadeira têm sua razão *a parte rei*, e que a verdade da predicação consiste, portanto, na adequação do discurso à coisa, Leibniz *define* a natureza dos enunciados verdadeiros a partir do vínculo coerente entre os termos.

A questão que imediatamente se coloca é a seguinte: como Leibniz pode atribuir o mesmo estatuto (o estatuto de uma definição de proposição verdadeira) a duas concepções aparentemente inconciliáveis a respeito das condições de verdade de um enunciado? Em outras palavras, como a possibilidade lógica de uma mera conexão entre nomes pode ter o mesmo estatuto que a relação de adequação entre o pensamento tal como simbolizado na proposição e a natureza sobre a qual se pensa? Além disso, parece razoável a reivindicação de um fundamento ontológico ao qual os enunciados devem se referir, pois, enquanto parte do discurso por meio do qual construímos e transmitimos nosso conhecimento acerca das coisas, as proposições têm de estar de algum modo ligadas a essas coisas mesmas. Em contrapartida, a definição que coloca na inclusão do predicado no sujeito o princípio da verdade da predicação parece localizar tão-somente nas atividades internas ao entendimento do sujeito que conhece – aqui especificamente compreendidas como construção de conceitos e invenção de sistemas de símbolos – as condições e os referentes do conhecimento. Já não se trataria, assim, de conhecimento das coisas, de realidades cuja existência ou possibilidade independe e difere consideravelmente das estruturas conceituais e da linguagem, e o que, segundo outra perspectiva, deveria constituir-se como instrumento criado pela mente para conhecer os objetos e organizar o pensamento. Essa definição abandonaria tal condição e seria alçada ao estatuto de

referente último do saber: a verdade se reduziria, assim, às próprias operações cognitivas da razão e aos resultados de tais operações, e na medida em que consistiria só numa relação consistente de nomes concebidos pelo sujeito, nomes esses que exprimem os pensamentos e ideias da mesma subjetividade. A verdade perderia sua referência ao mundo dos objetos e se restringiria ao domínio dos conceitos e sistemas de nomes produzidos pela própria consciência².

No opúsculo “O que é a ideia?” (LEIBNIZ, 1982, p. 208-210), de 1678, Leibniz expõe o conceito de expressão: ele é uma certa analogia entre os aspectos e propriedades de uma coisa e os aspectos e propriedades de outra, pela qual torna-se possível, através do conhecimento da série de

2 Nos próximos capítulos deste trabalho, procurarei discutir como o múltiplo de conexões em que consiste a natureza das coisas, aquilo que se nos aparece como acontecimentos bem concatenados e objetos e corpos unos é resultado das relações de expressão entre as várias substâncias que constituem o mundo: se é assim, o próprio universo é um conjunto articulado de relações bem fundadas. Daí a ênfase, neste parágrafo, em afirmar a diferença entre os símbolos e conceitos enquanto *ferramenta* construída para pensar sobre as outras ordens de fenômenos e sistemas de entre-expressão que se constituem como objeto de conhecimento. No limite, é possível afirmar que as próprias substâncias individuais são uma articulação complexa de redes de relação, o substrato mais fundamental de uma série infinita de predicados os quais de organizam segundo a operação de uma lei determinada, única para cada conceito completo. Se a substância é pensada como ser capaz de ação – no próprio Discurso de Metafísica há condições que permitem definir essas unidades fundamentais a partir de um princípio interno de atividade – ela emerge então como instância dinâmica, que encontra em sua conexão com o mundo a que pertence o fundamento a partir do qual gera, por si mesma, os acontecimentos singulares que a definem. Há, portanto, uma relação de interdependência entre acontecimento e substância: de um lado, os acontecimentos encontram nas substâncias o fundamento de sua realidade, uma vez que são no e pelo sujeito substancial, de outro, a natureza intrínseca das unidades consiste numa multiplicidade infinitamente complexa de acontecimentos únicos sob seu ponto de vista.

características da expressão, conhecer a série de predicados e relações da realidade exprimida. Dentre as séries expressivas analisadas por Leibniz neste texto, há aquela pela qual a mente é capaz de obter, por meio de suas próprias operações, o conhecimento do que concerne às coisas que tem sob análise. Dito de outro modo, nosso espírito é capaz de produzir percepções que espontaneamente exprimem as coisas (conforme escreve o filósofo no Discurso de Metafísica, nossas percepções são sempre verdadeiras porque correspondem imediatamente à visão de Deus sobre o universo), de conceber um método que conduza aos objetos que se pretende conhecer, e, afinal, de inventar dada articulação de ideias ou de signos de tal modo organizada que as relações aí estabelecidas correspondem àquelas vigentes na realidade exprimida, de sorte que as conexões que estabelecemos entre conceitos e, genericamente, a maneira de articulação ou análise de nossas ideias, concordam com as ligações vigentes na natureza, refletindo-as mesmo que de modo limitado. Compreendem-se, assim, as afirmações de Leibniz relativas à natureza das ideias segundo as quais, embora haja uma infinita distância entre nossas ideias e as Deus no que diz respeito à perfeição e à extensão, nossas ideias concordam com as dele numa mesma relação, sendo esta relação, portanto, o fundamento da verdade e da validade de nossos pensamentos³. Conforme escreve o filósofo em numerosos textos⁴, o entendimento divino é a fonte das essências, de sorte que suas ideias conformam a natureza das coisas, e as relações existentes entre os

3 Cf. LEIBNIZ, (1992a, p. 472): “[...] e quando Deus nos manifesta uma verdade, apreendemos aquela que está em seu entendimento, pois, ainda que exista uma infinita diferença entre suas ideias e as nossas no que concerne à perfeição e à extensão, sempre resultará certo que concordam em uma mesma relação”.

4 Cf., p. ex., Teodiceia, *Confessio philosophi*, Da origem primeira das coisas, Discurso de Metafísica, Correspondência com Arnauld e outros.

conceitos que formamos, desde que bem constituídos, são as mesmas que definem a natureza dos objetos, o que também se aplica ao caso dos termos da linguagem, do mesmo modo, quando bem construídos e empregados. Isto posto, ainda que os nomes sejam arbitrários, as ligações entre eles não o são, na medida mesma em que exprimem as relações existentes entre os objetos. Assim, embora os sistemas de nomes possuam suas próprias leis e propriedades, como são, por exemplo, as regras gramaticais de uma língua, é certo que, na medida em que são aplicados ao conhecimento, as conexões que mantêm entre si refletem aquelas existentes *a parte rei*, de sorte que, apesar das diferenças intrínsecas aos conjuntos de símbolos utilizados, as relações estabelecidas entre os termos se mantêm constantes quando exprimem as mesmas coisas. Embora haja nomes e gramáticas diferentes de uma língua para outra, de modo que não é a mesma palavra que designa um mesmo objeto, as relações que essa palavra mantém com outros vocábulos da língua a que pertence equivalem àquelas entretidas entre as palavras de outro idioma que exprimam o mesmo objeto porque, afinal, trata-se da mesma natureza a ser expressada pelos diferentes grupos de caracteres. Ora, se empregarmos bem as normas gramaticais de cada língua e observarmos as propriedades concernentes às palavras, conseguiremos tecer entre os nomes relações que correspondam àquelas existentes nas coisas (cf. LACERDA, 2006, p. 178-180). Há, por conseguinte, uma comunidade entre nossa inteligência e a natureza que nos permite entender e dizer o real: de um lado, a realidade é, por essência, enunciável⁵, e de outro, as

5 Cf., p. ex., §6 do Discurso de Metafísica: “Não existe, por exemplo, rosto algum cujo contorno não faça parte de alguma linha geométrica e não possa desenhar-se de um traço só por certo movimento regulado. Assim, pode-se dizer que, de qualquer maneira que Deus resolvesse criar o mundo, este teria sido sempre regular e dentro de uma certa ordem geral” (LEIBNIZ, 2004, p. 12-13).

operações de nosso entendimento, na medida mesma em que participam dessa racionalidade, são tais que as construções linguísticas e conceituais delas resultantes exprimem naturalmente as estruturas de ordem e conexão presentes nos objetos⁶.

Feitas essas considerações, são justamente a linguagem e os conceitos que permitem a conciliação entre as duas definições de enunciado verdadeiro dadas por Leibniz, ou seja, são as duas instâncias o que permite compreender como o filósofo pode definir a verdade das proposições a partir de seus constituintes – os termos e a relação entre os termos – e, não obstante isso, afirmar que a atribuição a um ser de um predicado qualquer tem de encontrar sua razão na natureza

6 Cf. *Ensaio de Teodiceia*, III, §356: “A representação tem uma relação natural com aquilo que deve ser representado. Se Deus fizesse representar a figura redonda de um corpo a partir da ideia de um quadrado, isso seria uma representação pouco adequada, pois haveria ângulos e saliências na representação, enquanto tudo seria liso e igual no original. Com frequência a representação suprime algo nos objetos quando é imperfeita, mas não poderia acrescentar nada: isso a tornaria não mais perfeita, mas falsa[...]” (LEIBNIZ, 2013, p. 377-8). No §27 do Discurso de Metafísica, Leibniz distingue entre as ideias, enquanto conteúdos mentais que podem ou não ser construídos, e os conceitos ou noções, os quais são sempre formados. No §14 ocorre uma separação semelhante: há, de um lado, as percepções, as quais são sempre verdadeiras, porque correspondem à visão de Deus sobre o mundo a partir da perspectiva em que consiste nossa natureza, e, de outro, nossos juízos, que, formados por nós, podem nos enganar. Se for possível unir, num primeiro grupo, noções e juízos, e, em outro, ideias e percepções, parece correto afirmar que, embora a representação destas últimas seja infalível – no caso das ideias nem sempre, uma vez que, quando construídas, podem apresentar dentre seus constituintes elementos logicamente incompatíveis entre si, de sorte que, nesse caso, não remetem a realidade nenhuma –, os primeiros também mantêm uma relação natural com aquilo que devem exprimir, dada a continuidade de leis existente entre a natureza e as operações de nosso intelecto: como escreve Leibniz em carta à princesa Elisabeth datada de 1678 (LEIBNIZ, 1989, p. 49-57), desde que os raciocínios sejam todos realizados *in forma* e apresentem um encadeamento ordenado que não suprima nada necessário à descoberta da relação ou propriedade visada, serão igualmente infalíveis.

mesma desse ser. Com efeito, uma vez que os sistemas de caracteres e as noções são ferramentas que a mente é capaz de criar por si mesma para conhecer os objetos, e dado que esse papel de instrumento lhes concerne precisamente na medida em que se pode formar entre eles uma construção complexa de conexões que convenha nas mesmas relações vigentes nas coisas, segue-se que as ligações estabelecidas entre nomes e conceitos, enquanto estes são ferramenta para conhecer os objetos, não são um puro resultado das funções cognitivas da consciência sem qualquer compromisso com a realidade concreta exterior⁷ ao âmbito dos conceitos e da linguagem. Pelo contrário, obedecendo às leis próprias a cada conjunto de caracteres, tal complexo de ligações traduz no entendimento as coisas sobre as quais pensamos – a estrutura ou forma das relações vigentes nos objetos, não toda a extensão de seu conteúdo, demasiado complexo para que o abarquemos –, pelo que também se justificam as afirmações⁸ de Leibniz sobre a existência de caracteres com o emprego dos quais seuria “mais fácil perceber diferentes propriedades das coisas”⁹, ou seja, de signos mais perfeitos, que melhor dão a conhecer, por meio das relações que se pode estabelecer entre

7 Há, no entanto, casos em que as coisas que se visa conhecer são precisamente os sinais da linguagem, suas propriedades e regras de composição e análise, circunstância em que supõem por si mesmos, naquilo que os medievais chamavam de suposição material (cf., p. ex., OCKHAM, 1999). O principal esforço empreendido aqui visa garantir que as articulações de nomes que se podem formar na linguagem, na medida em que pretendem exprimir a realidade, têm como fundamento sempre o estado de coisas que se quer conhecer pelo emprego tanto dos signos quanto das instâncias conceituais, de sorte que, embora os nomes sejam arbitrários, permaneça sempre constante que suas relações, desde que sejam bem escolhidos e empregados, têm um fundamento *a parte rei*.

8 Cf., p. ex., “Diálogo sobre a conexão entre as coisas e as palavras”, “Análise das línguas” e outros, in LEIBNIZ, 1982.

9 Idem.

eles, as relações que ocorrem *a priori* nos e entre os objetos que eles exprimem. As relações que caracterizam um determinado estado de coisas se refletem em ligações equivalentes entre os conceitos e sinais da linguagem. Assim, se uma representação¹⁰ ou enunciação qualquer sobre o mundo se pretende verdadeira, as condições a partir das quais se torna possível ou não atribuir-lhes o predicado de verdade permanecem num plano heterogêneo e primeiro em relação aos limites circunscritos pelo domínio estritamente conceitual e linguístico. O fundamento da verdade não é, por conseguinte, interno a uma proposição ou à representação de um objeto, mas remonta justamente à realidade que se busca conhecer por meio dos nomes e noções, e o êxito das ferramentas criadas pelo entendimento é medido, em primeiro lugar, pela capacidade que tem uma ideia de apresentar uma realidade¹¹, e, em segundo, pela maior ou menor perfeição com que esta ideia é capaz de exprimir a natureza que tem como objeto¹². No caso de um enunciado afirmativo, uma vez que este consiste na expressão linguística de um juízo pelo qual se afirma

10 Aqui entendida genericamente como ideia, ou, na medida em que as ideias podem ser representadas por signos, como uma concatenação ordenada de caracteres.

11 Um dos índices característicos da ideia, e que a distingue de outros conteúdos mentais, é sua capacidade de apresentar uma realidade, ou seja, uma vez que seus constituintes exprimem os predicados de uma coisa, se forem todos logicamente compatíveis entre si, segue-se que, reversivamente, também o são as propriedades do objeto visado, de sorte que este consiste numa essência ou ser possível. Isto será melhor discutido na sequência do texto.

12 Daí a tipologia leibniziana das ideias, constituída em função da maior ou menor acurácia com que um dado conteúdo mental exprime uma realidade: assim, nossos conhecimentos se dividem em claros ou obscuros, aqueles em distintos ou confusos, os distintos em adequados ou supositivos e os adequados podem ser ditos ainda intuitivos, caso em que se contempla perfeitamente, pela consideração da ideia que a representa, a natureza da coisa, até os elementos mais simples de que é formada. Sobre isso ver, também, “Meditações sobre o conhecimento, a verdade e as ideias”, in LEIBNIZ, 1982.

que algo é algo, será verdadeiro se conseguir ou não dizer da coisa sobre a qual versa uma propriedade que efetivamente lhe concerne, ou, segundo os termos pelos quais Leibniz define as proposições verdadeiras, conforme exiba ou não entre seus constituintes uma relação de inerência que seja o reflexo da unidade real que se dá entre um objeto e suas propriedades¹³, ou da relação de inerência efetivamente existente entre uma coisa e o que pode ser verdadeiramente predicado dela: os acidentes inerem ao sujeito. Com efeito, embora haja uma ordem racional da realidade, comum tanto aos eventos e seres que constituem

13 Até este momento do texto, expus a definição leibniziana de enunciado verdadeiro como aquele em que o termo predicado está contido no termo sujeito, e a simultânea reivindicação do filósofo de que haja *a parte rei* uma razão para que se atribua a dado sujeito uma propriedade qualquer. É esse o terreno em meio ao qual se delineia o problema a ser enfrentado aqui: como a verdade das proposições pode ser afirmada uma função exaustiva dos componentes da própria proposição ao mesmo tempo em que se requer um fundamento heterogêneo e externo ao enunciado – uma realidade – apto a dar a razão da predicação? O recurso ao conceito leibniziano de expressão e o reconhecimento de que a linguagem exprime a natureza e a traduz no pensamento surgem como primeiro momento da resposta: a complexidade de relações envolvida nas/entre as coisas se reflete numa construção complexa de relações nos e entre os termos da linguagem. Uma vez que se tenha considerado que as relações existentes entre símbolos e conceitos, quando aplicados ao conhecimento, refletem as ligações existentes *a parte rei*, passa-se para o segundo momento da resposta: trata-se da ideia de que nomes e noções, precisamente na medida em que se pode formar entre eles uma rede de relações que exprime as coisas, as substituem nos pensamentos, sendo, portanto, a própria realidade no plano epistemológico. Daí que a relação de inerência a qual, aos olhos de Leibniz, define as proposições verdadeiras seja, no enunciado, expressão de uma relação real e anterior: há, em primeiro lugar uma relação entre essências pela qual, p. ex., B é em A, a qual se reflete numa relação de inerência entre os conceitos que supõem por A e B: considerando-se que tais conceitos sejam respectivamente X e Y, segue-se que Y é em X. Cabe salientar que não se trata, aqui, de determinar as razões que levaram Leibniz a conceber a verdade nesses termos – pela relação de inerência entre sujeito e predicado – mas tão-somente de mostrar que tal concepção não implica reduzir a verdade a uma relação entre nomes ou conceitos sem fundamento no real.

a série das coisas quanto às leis e operações da inteligência humana, essa comunidade diz respeito à capacidade de que é naturalmente dotado nosso entendimento de gerar sistemas de símbolos e conceitos entre os quais se podem formar relações congruentes com aquelas que conformam o mundo. Todavia, isso não supera a distância ontológica que separa a realidade da representação. Assim, se preserva uma relação de exterioridade e de dependência entre nossos conteúdos cognitivos e as essências. Por isso, embora nosso conhecimento se dê por meio de nossas próprias ideias, o fundamento da validade destas são as ideias de Deus, as quais, como afirmado acima, são a fonte de toda realidade. Dito de outro modo, embora sejam uma importante ferramenta para o exercício do pensamento, e aquilo com que efetivamente lidamos nas demonstrações e na estruturação do saber científico, noções e símbolos não são a natureza última que buscamos conhecer, mas, de preferência a isso, refletem nas conexões entre eles estabelecidas as ligações entre si de algo outro que são as coisas sobre as quais pensamos.

Numa série de textos cujo marco é o esforço empreendido por Leibniz tanto para conhecer a origem e a potência expressiva das línguas naturais, quanto para a construção de uma língua artificial que “acrescente ao poder do intelecto tanto quanto os microscópios e o telescópio acrescentam ao poder do olho, ou mais ainda, uma vez que a mente é mais nobre que o olho” (LEIBNIZ, 1982, p. 198), o filósofo refere-se reiteradamente tanto à necessidade do emprego de palavras ou outros símbolos os quais possam substituir as coisas no curso do pensamento, e servir de “fio mecânico” para a condução do raciocínio, como às condições para emprego dos caracteres. Tais condições não se explicam pela semelhança entre um dado símbolo e a coisa que ele simboliza, e tampouco pela correspondência imediata e pontual entre um nome e

uma realidade¹⁴, mas encontram sua definição precisamente na ordem e proporção das relações vigentes entre a série dos sinais e a série das notas características do objeto significado pelos caracteres. Os nomes só podem ser postos no lugar das coisas quando exibem nas conexões que estabelecem entre si ligações equivalentes àquelas que ocorrem originariamente entre os objetos, e, se é assim, é preciso, em primeiro lugar, que os vários signos que intervêm na construção de uma noção composta apresentem entre si uma relação logicamente consistente: na medida em que uma coisa é definida, em primeiro lugar, como um conceito possível, é necessário que o símbolo, na composição de sinais que perfaz a fórmula por ele representada, seja tal que expresse a mesma estrutura logicamente consistente que ocorre entre as propriedades que constituem o objeto visado – uma vez que a coerência lógica entre os predicados de uma coisa é a relação que instaura sua realidade. Além dessa relação originária, entre os objetos ocorrem várias outras relações, as quais são, do mesmo modo, expressas pelos caracteres que os substituem.

Isto posto, a invenção da linguagem aparece como principal instrumento para acessar a natureza dos objetos, em primeiro lugar porque o intelecto humano não é capaz de seguir o progresso de raciocínios muito complexos sem se servir de sinais que substituam as coisas e os conceitos correspondentes. Conforme escreve Leibniz no opúsculo *Signos e cálculo lógico*, texto sobre a Característica Universal,

14 A relação imediata entre um nome qualquer – mesa – e a coisa de que ele é nome – o objeto mesa – é arbitrária ou convencional: é socialmente determinado que a um ser seja designado um dado nome. São as interações e relações entre nomes o que permanece constante e é independente de convenções.

Todo raciocínio humano é levado a cabo por meio de alguns signos ou caracteres. Com efeito, não só as coisas mesmas, mas inclusive as ideias das coisas não podem nem devem ser continuamente objeto de observação distinta por parte da mente. Devido a isso, e por razões de economia, empregam-se signos em lugar de umas e de outras. De fato, se a cada vez que um geômetra mencionasse uma hipérbole, uma espiral ou uma curva quadrática no curso de uma demonstração se visse obrigado a se representar antes, e com exatidão, as respectivas definições, ou seja, os processos que as geram, e, ademais, a definição dos termos que nelas aparecem, avançaria muito lentamente para novas descobertas (LEIBNIZ, 1982, p. 219).

Mas, mais do que um recurso que nos possibilita resumir noções muito complexas por meio de sua representação em um signo, as palavras e símbolos em geral são os elementos a partir dos quais construímos os sistemas ordenados de proposições que conformam a estrutura das várias ciências. É pelo emprego dos sinais da linguagem que significamos as coisas sobre as quais se debruça o pensamento, e são eles, e não os objetos mesmos, aquilo que figura nos enunciados e no discurso, de sorte que se constituem – não isoladamente, mas segundo a série de relações que se pode formar entre eles, desde que bem escolhidos e empregados¹⁵ – como o correlato e substituto, no nível do pensamento, das coisas sobre as quais se faz ciência, não só por razões de economia, mas em todo pensamento como fonte de sua organização e princípio das operações cognitivas. Daí a afirmação de Leibniz, na *Característica Geométrica*¹⁶, de

15 Assim como não é possível conceber qualquer objeto na série das coisas cuja natureza seja totalmente delimitável segundo a referência dele a um puro “si mesmo”, sem que se considere, portanto, sua relação com a totalidade do mundo (cf. LEIBNIZ, 2013, p. 138-9), também no que concerne à linguagem cada palavra remonta ao conjunto do texto em que ocorre – e, no limite, da língua a que pertence – como condição da definição de seu significado.

16 “Os caracteres são objetos de que nos servimos para exprimir as relações entre si

que, sendo os signos o meio pelo qual nos é possível pôr em evidência as relações entre os objetos, seja mais fácil nos ocuparmos com eles do que com as coisas. O múltiplo de relações constante dos objetos se reflete em um múltiplo de conexões entre símbolos, de sorte que as estruturas que criamos na linguagem e nos conceitos nos permitem reconstituir a natureza das coisas no plano do raciocínio, isto é, nos dão condições para apreender as propriedades dessa natureza e as relações que estabelece com outras coisas a partir do conhecimento das propriedades e relações que conformam tais estruturas¹⁷. É como se, por meio da linguagem, nos fosse dado traduzir os objetos em sistemas de relação entre símbolos ou conceitos; daí que as conexões entre os sinais se apresentem como o equivalente, no discurso, das relações originariamente vigentes nas e entre as coisas que eles exprimem. Os signos e suas relações não são, portanto, uma realidade autorreferente, independente da ligação com algo outro que não eles próprios, mas haurem das coisas que significam e substituem no pensamento a razão de seu uso e as condições que orientam seu emprego. São, pois, a instância mediadora¹⁸ entre a

de outros objetos, de modo mais simples do que entre estes últimos” (LEIBNIZ, 1995, p. 143, Tradução minha).

17 Cf. Diálogo sobre a conexão entre as coisas e as palavras: “[...] se os caracteres podem ser aplicados ao raciocínio, deve haver entre eles uma construção complexa de conexões, uma ordem, que convenha com as coisas, se não nas palavras individuais [...], ao menos em sua conexão e flexão. [...] E isto me deu esperanças de escapar à dificuldade. Pois, ainda que os caracteres sejam arbitrários, seu emprego e conexão tem algo que não é arbitrário, a saber, certa proporção entre os caracteres e as coisas, e nas relações entre os caracteres que exprimem as mesmas coisas” (LEIBNIZ, 1982, p. 205, Tradução minha).

18 A concepção de que a linguagem se constitui como mediação entre o entendimento e a natureza das coisas sobre as quais se pensa talvez negligencie a dimensão constituidora de que são portadores os signos e as normas gramaticais que orientam sua articulação. Uma vez que tornam possível o exercício do pensamento, tais

realidade objetal e o entendimento, aquilo por meio do que a mente opera e conhece as coisas.

No que concerne às nossas ideias, Leibniz recusa, como assinalado acima, que sejam o referente dos nomes, os elementos últimos a embasarem e validarem o conhecimento. No artigo 23 do *Discurso de Metafísica*, o filósofo discute o mau uso das ideias por meio da crítica à prova *a priori* da existência de Deus, apresentada por Descartes na *Quinta Meditação*, e fundamentada na ideia do ser mais perfeito presente no espírito. Para Leibniz, embora correta, a prova apresenta uma lacuna no cerne de sua argumentação na medida em que não mostra se a ideia sobre a qual repousa é ou não a ideia de um ser possível, quer dizer, se é ou não a ideia ou definição de uma coisa. Dado que Deus é o ser que envolve o máximo concebível de perfeição, uma vez estabelecido que todos os requisitos constitutivos de sua natureza são possíveis e compostíveis, isto é, que não envolvem nenhuma contradição em si mesmos e são, além disso, passíveis de serem reunidos no mesmo sujeito, segue-se imediatamente sua existência. Assim, como escreve Leibniz no final do artigo citado, também as ideias são suscetíveis de verdade e falsidade, conforme seja verdadeira ou falsa a proposição que afirma a possibilidade do objeto da ideia. Daí o cuidado do filósofo, nos *Novos Ensaios*, em distinguir entre verdades determinadas pela relação expressiva entre nossos pensamentos e as ideias de Deus, de um lado, e expressões ou ficções arbitrárias e, portanto, inventadas segundo nos parece, sem que mantenham relação com as ideias de Deus. Isto posto, antes de utilizar as ideias como princípio para a construção de conhecimento acerca das

elementos, justamente por serem condição de todo raciocínio, aguçam, aperfeiçoam e, no limite, formam aquilo que por meio deles se exerce.

coisas, é preciso estar seguro quanto à possibilidade da realidade que elas exprimem, de sorte que sua validade e as condições de seu emprego estão também subordinadas à coisa que têm como referente, tal como ocorre no que diz respeito aos sinais escritos e falados. Estabelecido isso, quer sejam as ideias, quer os nomes aquilo que ocupa o lugar das coisas nos pensamentos e proposições, serão sempre essas coisas e as relações que as definem o fundamento do emprego dos caracteres e conceitos por meio dos quais conhecemos.

Assim, uma vez que Leibniz localiza nos constituintes dos enunciados – nos termos e na ligação entre os termos – as condições que definem a natureza das proposições verdadeiras, ao mesmo tempo em que exige uma razão *a parte rei* capaz de justificar a predicação, uma discussão acerca dos idiomas naturais e da língua artificial que o filósofo buscou construir durante toda a vida, bem como da natureza e função dos termos e das relações que se estabelecem entre os signos e as coisas significadas, parece oferecer os instrumentos aptos a justificar a enunciação simultânea das duas definições de proposição verdadeira nos escritos leibniziano. Dada a relação proporcional estabelecida de partida entre linguagem e a natureza, pela qual a rede de ligações que define os objetos se exprime num múltiplo de conexões entre os signos, a relação de consistência lógica entre os nomes exigida para afirmar a veracidade de um enunciado nos quadros da aceção analítica de verdade não exclui a referência a conteúdos extrínsecos à proposição; pelo contrário, é justamente essa ligação entre as relações que ocorrem entre os símbolos e aquelas vigentes nas coisas simbolizadas que permite com que a identidade total ou parcial entre os termos constitutivos da proposição seja princípio apto a definir a natureza dos enunciados verdadeiros. Pois, uma vez que se leve em conta o papel da linguagem

como *ferramenta* por meio da qual conhecemos a natureza das coisas, a relação de inerência afirmada pela proposição verdadeira não se dá originária e propriamente entre os nomes de que se constitui o enunciado tomados como meros nomes, mas entre as coisas que eles significam. Assim, enquanto expressões dos objetos na proposição, concerne aos nomes a expressão da verdade, já que a relação entre as coisas é a razão da ligação afirmada pelo enunciado e o que torna o enunciado verdadeiro – conforme será discutido ao longo do texto¹⁹.

II

Assim como uma pedra no sapato de um viajante pode retardar sua marcha, por causar-lhe incômodo, e uma mosca que perturba um chefe de Estado em suas deliberações é capaz de modificar o curso de importantes acontecimentos políticos, para Leibniz também o cuidado com a linguagem, tanto no que diz respeito à sua expressividade quanto no que concerne à precisão no emprego dos sinais de que se constitui, está entre aquelas coisas que, embora comumente menosprezadas, produzem as mais significativas consequências (LEIBNIZ, 2000, p. 76: “Exortação aos alemães para que aperfeiçoem seu entendimento e

19 “A inerência é uma relação que se dá entre conceitos. Se Leibniz constantemente dá a impressão de que ela diz respeito aos termos, isso se deve à sua concepção de que os caracteres exprimem os conceitos e à sua maneira voluntariamente elíptica de se exprimir” (RAUZY, 2001, p. 58). Como será discutido, Leibniz concebe os seres, primordialmente, como seres possíveis, isto é, como conceitos adequados. Isto posto, a relação de inerência veiculada pela proposição verdadeira é, de fato, só veiculada por ela, e consiste, por conseguinte, no símbolo, na expressão epistemológica de uma relação que concerne, em primeiro lugar, aos conceitos em que consiste a natureza das coisas e que são significados pelo termo sujeito e pelo termo predicado.

sua língua, acompanhada da proposição de uma sociedade em favor da identidade alemã.”). Com efeito, a língua, ou, de maneira mais ampla, os sistemas de caracteres em geral, são a ferramenta cujo emprego torna possíveis o exercício do entendimento, a comunicação e a construção das ciências, uma vez que, se não houvesse palavras ou outros signos que simbolizassem as coisas e as ideias que temos delas, seja quando nos exprimimos para uma assembleia, seja no íntimo de nossas ponderações, e um conjunto de regras que presidisse a combinação e análise de tais caracteres, não só não seríamos capazes de comunicar aos outros nossas ideias como também estaríamos como que mudos para nós mesmos e incapazes de conhecer algo distintamente – de sorte que, afinal, não haveria alternativa senão cessar o diálogo com o outro e a própria reflexão.

O idioma é, portanto, o veículo por meio do qual comunicamos os nossos pensamentos, e essa é a primeira função da linguagem: a criação de um campo comum de sentido que é simultaneamente produto de nossa irmandade com outros homens e condição de possibilidade do grupo. Mas, mais que princípio oriundo e originário do vínculo que instaura e mantém uma comunidade, a linguagem é também o que nos permite estruturar o raciocínio nos sistemas ordenados que constituem as ciências, ou seja, aquilo por meio do que representamos para nós mesmos nossas ideias e os nexos de nosso raciocínio, sobretudo quando a matéria sobre a qual pensamos é muito complexa, e a sucessão de pensamentos demasiado longa. De fato, dada a debilidade do entendimento, isto é, a limitada capacidade da mente de reter e compreender de um só golpe a cadeia completa de substituições de uma demonstração, ou, genericamente, as várias camadas que compõem os pensamentos, uma vez bem conhecida a natureza da coisa considerada, na sequência da

investigação é suficiente – e necessário – que coloquemos uma palavra ou qualquer outro símbolo em seu lugar, e possamos derivar, por meio do emprego desse sinal, as relações que o objeto visado mantém com outras coisas:

Quanto ao uso da língua, é necessário também considerar este fato surpreendente: as palavras não são só os signos dos pensamentos, mas também das coisas, e nós temos necessidade de signos não só para exprimir o que pensamos aos outros, mas também para que venham em nosso socorro em nossas próprias reflexões. Pois, do mesmo modo que nas grandes cidades comerciais não se paga, todas as vezes, em dinheiro, mas se utilizam, em seu lugar, como meio de pagamento, bilhetes e jetons, do mesmo modo procede o entendimento [...] com as imagens das coisas. Mais precisamente, ele se serve de signos para não ser obrigado a considerar novamente a coisa sempre que ela se apresenta (LEIBNIZ, 2000, p. 34).

Eis por que o zelo com a linguagem está entre aquelas coisas “utilíssimas, ainda que pareçam pequenas e negligenciáveis”: quando os sábios de um país utilizam outras línguas com o intuito de estabelecer os fundamentos de uma ciência em lugar de se servirem de seu próprio idioma e, justamente por meio desse exercício, torná-lo mais perfeito, ameaçam a autonomia intelectual de seu país e enfraquecem seu entendimento, o que, por conseguinte, põe em risco o desenvolvimento mesmo das ciências. Em contrapartida, o cultivo diligente do idioma, o conhecimento das palavras já existentes, assim como a invenção de novos vocábulos, e o emprego cuidadoso dos sistemas gramaticais servem simultaneamente à robustez do entendimento, à independência de um país em relação àquelas outras nações de cujas línguas palavras são tomadas de empréstimo e ao fortalecimento dos laços que mantêm coesa a sociedade, dado que o bom emprego do idioma se presta também, senão sobretudo, a tornar melhores as relações humanas.

Dentre os temas relativos à linguagem tratados por Leibniz nos ensaios citados, talvez o mais importante seja aquele relativo à necessidade de tornar a língua alemã mais expressiva, isto é, mais apta à função de pôr em evidência as relações e propriedades dos objetos concernentes a cada ciência. Pois, se nos é forçoso empregar palavras e símbolos para significar as coisas e, assim, nos livrar da difícil – no limite, inexequível – tarefa de reconstituir, sempre, a definição da coisa sobre a qual pensamos e a dos requisitos ou notas características dos conceitos menos compostos de cuja articulação resulta a construção de uma noção complexa, é igualmente necessário que esses sinais mantenham com a coisa significanda uma relação tal que a partir deles seja possível encontrar a natureza que se tem em vista. Dito de outro modo, é preciso que haja, entre as essências e ideias, de uma parte, e o sistema de signos que as simbolizam, de outra, uma relação ordenada e proporcional, de sorte que pelo emprego dos sinais, pelo conhecimento de suas propriedades e das leis que determinam sua disposição e articulação no discurso, seja possível extrair as relações vigentes nas coisas.

Não é, portanto, sobre a materialidade do signo que repousa sua realidade, e, por conseguinte, tampouco é essa materialidade o fundamento de seu emprego: o traço marcado no papel, ou o som proferido na fala são arbitrários em si mesmos, assim como o primeiro significado assinalado a um caractere. O que é constante e se verifica em todos os sistemas de símbolos e em todas as línguas, guardadas as particularidades de cada idioma, e, portanto, de maneira proporcional a cada conjunto de sinais, é aquilo que Leibniz chama, no “Diálogo sobre a conexão entre as coisas e as palavras”, de “construção complexa de conexões” (LEIBNIZ, 1982, p. 205), verificável entre os sinais traçados ou esculpidos, e também entre os sons, e que corresponde ao sistema complexo de

conexões que define as coisas mesmas. Daí que as operações realizadas com os caracteres, as relações estabelecidas entres eles, bem como as leis que se observam quando se combinam ou analisam os símbolos assumam tamanha importância, e tenham de exprimir tão convenientemente quanto possível a ordem da ligação entre as coisas, de sorte que, ao final das operações realizadas com eles seja possível reconduzir os resultados obtidos à natureza simbolizada, conforme escreve Leibniz no fragmento IX da *Característica geométrica*:

A toda operação entre os caracteres corresponde [...] uma proposição relativa aos objetos, e antes de considera-los, frequentemente podemos esperar o término da operação. Uma vez obtido, sobre os caracteres, o resultado que se buscava, este será facilmente reconduzido aos objetos, dada a correspondência estabelecida à partida entre os caracteres e eles. Assim, pode-se descrever as máquinas por meio de movimentos regradados, representar corpos sólidos sobre o plano, e fazer que a todo ponto de um corpo corresponda, em conformidade com as leis da perspectiva, um ponto no plano. Ao termo de uma operação geométrica realizada no plano sobre a representação do objeto por projeção cenográfica, seu resultado poderá designar um certo ponto no plano a partir do qual será fácil reencontrar o ponto correspondente no objeto (LEIBNIZ, 1995, p. 147).

Conforme assinalado acima, é justamente essa relação expressiva o que se apresenta como princípio da possibilidade de conhecimento dos objetos a partir do exercício das faculdades do intelecto. Conforme Leibniz escreve a Arnauld na carta de 9 de outubro de 1687, a expressão consiste numa certa correspondência entre os aspectos e propriedades de uma natureza e os aspectos e propriedades de outra, mas, mais que a relação ordenada e proporcional de que falávamos mais acima, a expressão é um gênero de que o conhecimento intelectual é uma das espécies. Nessa medida, e no caso específico da linguagem, a expressão consiste

também na atividade exercida pela mente ao inventar, dispor e relacionar os caracteres de que necessariamente tem de se servir para raciocinar, e em que nessa sua ação o entendimento apresente propriedades e relações equivalentes àquelas que ocorrem nas coisas às quais dirige sua atenção. Nessa medida é que se pode afirmar que o conhecimento das coisas depende do acordo entre sua natureza e a natureza daquele que conhece: é preciso, de fato, que o entendimento empregue um método tal que seja capaz de conceber a proposição verdadeira, isto é, aquela determinada composição de sinais que corresponde às relações e propriedades que constam da coisa. Ora, tanto mais rigoroso será esse método e tanto mais apto à descoberta das propriedades do objeto estudado quanto mais perfeitos forem os sinais empregados e as regras de sua composição e análise, isto é, quanto melhor estes exprimirem a natureza das coisas.

É precisamente essa preocupação com a potência expressiva da linguagem, com o papel primordial dos caracteres de significarem algo e, por conseguinte, de servirem de moeda de troca do entendimento – as palavras em lugar das coisas – que motiva o esforço empreendido por Leibniz para a criação de uma língua artificial dotada de regras tão rigorosas quanto aquelas que regem os cálculos em álgebra e aritmética, e cujo papel seria servir de instrumento primordial da razão. Conforme escreve Leibniz num opúsculo datado de 1678, intitulado “A análise das línguas”, embora “as línguas humanas sejam diversas e quase todas tenham alcançado um desenvolvimento que permite a transmissão de qualquer ciência” (LEIBNIZ, 1982, p. 212), as vicissitudes da história de um povo, a contingência dos contatos que a língua de um lugar mantém com idiomas estrangeiros, a expressão das relações comerciais e dos sentimentos, ou, em suma, a carga semântica das línguas naturais,

torna os procedimentos de análise e composição das palavras de que se constituem – palavras que, para Leibniz, são a base e o terreno de um idioma – extremamente difíceis e imprecisos. Em contrapartida, numa língua artificial as operações entre caracteres se reduzem a um cálculo, em relação ao qual é possível perceber qualquer erro com grande facilidade, e que dá condições àquele que o efetua de ele próprio corrigir-se. Nessa medida, a construção do léxico e da gramática dessa língua não traria avanços só para os saberes relativos às coisas abstratas, mas também, e, talvez, sobretudo, para o aprimoramento das questões práticas. Pois, mais que a fundação de um conjunto ordenado de símbolos, o projeto da característica previa, também, a construção de um método para a realização de experiências, organização de seus resultados e aplicação destes ao curso ordinário da vida, e se estabelecia como balança para avaliar, com precisão, as razões que se opõem nas querelas típicas do exercício jurídico, por exemplo. Pois, do mesmo modo que um geômetra não pode, nem deve, reconsiderar sempre as entidades matemáticas que tem sob análise, pois, se o fizesse, não progrediria em seu pensamento, também o jurista não pode rever, a cada vez que uma etapa de seu estudo se substitui a outra, aquilo que em outro momento esteve sob sua atenção, de sorte que também ele tem de se servir de sinais que marquem as ações já avaliadas e os quais possam ser depois utilizados no lugar dessas ações mesmas, e, igualmente, de um sistema determinado de regras que presida a combinação desses sinais, e que ofereça os critérios para avaliação dos argumentos utilizados por dois advogados que debatam sobre uma causa.

Em *História e elogio da língua ou característica universal* (1680), Leibniz estabelece como fundamento desse sistema de signos a descoberta dos primeiros predicamentos, isto é, das noções absolutamente primeiras

as quais independem de outras noções para serem concebidas. A descoberta de tais noções simples se subordina, a seu turno, à análise dos pensamentos humanos até seus elementos indecomponíveis, os quais exprimem as formas simples, positivas e absolutas a partir de cuja combinação são geradas todas as coisas, e é acompanhada da atribuição a cada pensamento simples de um número característico. A partir da combinação de tais números seria possível construir todas as noções complexas e, por conseguinte, não só conhecer o que está dado, mas também produzir a síntese de novos conceitos, ou seja, descobrir novas propriedades das coisas e aplicações para o que já existe. A composição dos sinais constitutivos da língua característica tem como fundamento de sua realização em primeiro lugar a observância ao princípio de não contradição, antes que a correspondência entre outros tipos de relação constantes da noção concebida pelo entendimento e aquelas presentes na realidade que ela simboliza. Como assinalado acima, a relação de consistência lógica entre os predicados de um objeto é a relação que funda sua realidade, de sorte que as notas características constantes do conceito que supõe por ele tem de exibir em sua composição uma estrutura equivalente. É preciso, portanto, que o conceito que construímos seja logicamente consistente, isto é, que exprima um ser possível.

Com efeito, na medida em que utilizamos sobretudo símbolos para conhecer as coisas, é necessário ter cuidado ao unir os conceitos mais simples que geram a noção complexa representada pelo signo. Pois, embora isoladamente as noções que intervêm num determinado conceito complexo possam exprimir seres possíveis, não necessariamente sua conjunção será capaz de produzir um conceito igualmente possível. Neste ponto torna-se importante retomar os exemplos de Leibniz acerca de noções que não exprimem realidade nenhuma, por implicarem

contradição: não há nenhuma natureza que corresponda ao maior de todos os números, nem ao mais veloz de todos os movimentos, de modo que, por mais que seja possível pensar essas fórmulas, compor com elas uma proposição, a partir delas não será possível formar enunciados verdadeiros e tampouco, por conseguinte, discurso coerente a respeito das coisas, justamente porque não há nenhuma coisa capaz de justificar ou dar a razão dessas proposições. Assim, Leibniz critica o uso de definições meramente nominais para a construção de conhecimento demonstrativo, ou seja, de definições das quais, por não exprimirem a possibilidade da coisa definida, seja por meio da explicitação de seu possível modo de geração, seja a partir da análise de todos os requisitos que intervêm na definição até os elementos absolutamente primeiros e, por conseguinte, insuscetíveis de análise, é possível extrair consequências contraditórias caso envolvam elementos logicamente incompatíveis.

Conforme escreve o filósofo no texto *Meditações sobre o conhecimento, a verdade e as ideias* (LEIBNIZ, 1982), as definições nominais são suficientes apenas para distinguir a coisa definida de outras coisas semelhantes, na medida em que explicitam um número tal das noções características da coisa que fica desde já claro como esta natureza se diferencia de outras. As definições reais, a seu turno, mostram a possibilidade da noção definida, e é delas que é preciso lançar mão ao fazer as demonstrações. Donde se vê que as definições não são arbitrárias – conforme afirma Leibniz no manuscrito *Sobre a sabedoria* (Leibniz, 1992, vol. 1) –, mas são determinadas concomitantemente pelo princípio de não contradição, pois as definições têm de exprimir seres possíveis, e pela relação expressiva estabelecida entre os o múltiplo que constitui a definição em relação às várias propriedades que constituem a coisa significada. A verdade dos enunciados se estabelece, portanto, sempre em referência

ao campo dos objetos. Se as demonstrações podem ser feitas a partir de definições e proposições idênticas (no caso das verdades contingentes, é necessário também recorrer aos dados da experiência) e tais definições se apresentam ao entendimento como uma articulação determinada de caracteres, é preciso que essa combinação exprima um ser, um algo, e que tais símbolos apresentem em sua conjunção propriedades e relações equivalentes àquelas que determinam a natureza simbolizada.

Como escreve Leibniz no opúsculo *Signos e cálculo lógico*²⁰, entre os caracteres ocorrem várias relações – equivalências, inclusões, semelhanças – as quais têm de aparecer, em primeiro lugar, entre as coisas mesmas, dado que os signos se definem²¹ por sua capacidade de exhibir nas relações que estabelecem entre si as ligações primariamente existentes entre as coisas de que são signos. Assim, se entre duas essências se estabelece uma relação tal que uma está contida na outra, de modo que a primeira pode ser predicada da segunda, segue-se que os sinais que substituem essas coisas numa proposição têm de exhibir uma relação equivalente, no que se fundamenta a verdade desse enunciado. Isto posto, a relação de inerência vigente entre os termos de que se constituem as proposições verdadeiras não concerne a eles abstração feita da realidade que por meio deles se conhece, mas lhes diz respeito precisamente enquanto são expressão das coisas e supõem por elas. Há,

20 “Além das equivalências ocorrem numerosas *relações* que a própria coisa haverá de mostrar, por exemplo, inclusões, semelhanças, determinações sobre as quais se falará no momento oportuno”. (LEIBNIZ, 1982, p. 223).

21 Cf. Diálogo sobre a conexão entre as coisas e as palavras: “[...] os caracteres não consistem no que têm de arbitrário, mas no que é verdadeiro e não depende de nosso arbítrio, quer dizer, na relação deles com as coisas, posto que há de produzir-se um raciocínio determinado se se empregam esses caracteres, e, igualmente, se se empregam outros [...]”. (LEIBNIZ, 1982, p. 207).

por conseguinte, uma clara precedência das coisas e das ligações entre elas estabelecidas por referência àquilo que ocorre entre os sinais da linguagem, de modo que o que se dá no plano da realidade objetal antecede e determina as conexões verificáveis entre os caracteres. Sendo assim, se é dito que em toda proposição verdadeira o predicado está contido no sujeito, essa relação de inerência – ou de identidade total ou parcial – concerne primária e essencialmente aos seres que se exprimem por meio do sujeito e do predicado, e o que se afirma, em primeiro lugar, é que à realidade significada pelo termo sujeito compete ser aquilo que significa o predicado, e, reciprocamente, que o predicado é pelo sujeito, o qual constitui a razão pela qual precisamente este predicado em lugar de qualquer outro, e, assim, que a noção que define o ser do predicado pertence, como um de seus fatores, à noção que define o ser do sujeito. São, portanto, verdadeiras as proposições cuja noção resultante da composição entre sujeito e predicado consiste num conceito possível, de sorte que fique claro que o sinal que simboliza o predicado pertence à fórmula – composição ordenada de sinais – que exprime o ser do sujeito²², e que, a seu turno, o sujeito é a razão do predicado, e, por conseguinte, cuja ligação enunciada corresponda às relações que efetivamente se verificam no domínio dos objetos sobre os quais versa a proposição. Vê-se, portanto, como compreender a afirmação de Leibniz na carta a Arnauld de 14 de julho de 1686, mencionada na introdução deste capítulo:

22 Cf. §8 do *Discurso de Metafísica*: “É preciso, pois, o termo do sujeito conter sempre o do predicado, de tal forma que quem entender perfeitamente a noção do sujeito julgue também que o predicado lhe pertence”. (LEIBNIZ, 2004, p. 16).

Sempre, em toda proposição afirmativa verdadeira, necessária ou contingente, universal ou singular, a noção do predicado está contida de alguma maneira naquela do sujeito; *praedicatum inest sub-jecto*; ou então não sei o que é a verdade. Ora, *não peço aqui mais que a ligação que existe a parte rei entre os termos de uma proposição verdadeira* (LEIBNIZ, Cartas a Arnauld, 1946, p. 78).

A relação entre os termos no discurso é, pois, o equivalente linguístico ou em nosso plano conceitual da relação que existe entre um objeto e suas propriedades na série das coisas. Postas assim as relações entre os sinais da linguagem, ou seja, como expressão epistemológica das relações constantes dos objetos, ao menos naquelas formulações que exprimem verdades, e não invenções de nosso espírito²³, afasta-se o perigo de que a verdade do discurso se reduza a uma mera relação entre nomes ou conceitos, como parecia implicar, à primeira vista, a definição leibniziana de enunciado verdadeiro. Se há um sentido correto segundo o qual é possível dizer que a verdade é uma relação entre conceitos, é aquele pelo qual as conexões entre as ideias de Deus, na medida mesma em que constituem o real, são o fundamento das ligações existentes entre as ideias por meio das quais conhecemos as coisas. Assim, pode-se atribuir verdade ou falsidade a nossos pensamentos e juízos conforme expressem ou não as conexões vigentes entre as ideias de Deus, de sorte que nossas ideias se relacionam às de Deus como ao princípio de sua realidade.

23 Conforme a distinção feita por Leibniz nos *Novos Ensaios*: “Portanto, a verdade deve ser buscada em tal relação, e podemos distinguir entre as verdades, que são independentes de nosso capricho, e as expressões, que inventamos segundo nos parece”. (LEIBNIZ, 1992a, p. 472).

Cada língua se apresenta, portanto, como uma estrutura determinada, dotada de uma forma ou complexo de regras que orienta a articulação dos caracteres no discurso, a qual envolve a possibilidade de ter seus elementos relacionados de infinitas maneiras. Na medida em que a língua é utilizada como ferramenta para exibir a construção de nexos que definem as coisas, as ligações que se podem formar entre os nomes guardam com a realidade que descrevem uma relação ordenada e proporcional, de sorte que, então, a estrutura de conexões em que consiste a natureza dos objetos subjaz ao complexo de conexões que se estabelece entre os nomes, fundamentando-o. Assim, as construções feitas na linguagem refletem, conforme as regras que as determinam, a articulação de ligações vigente entre as coisas, e de tal sorte que se erigem como o substituto das realidades que exprimem no plano conceitual. Por conseguinte, a relação de identidade entre uma coisa e suas propriedades se exprime, no nível dos conceitos, como relação de inerência – identidade total ou parcial – entre o conceito que supõe por esta realidade e os conceitos que simbolizam suas propriedades, de modo que, como escrito acima, são verdadeiras as proposições que descrevem uma unidade entre o termo sujeito e o termo predicado que corresponde à unidade que efetivamente existe entre uma coisa e aquilo que pode ser verdadeiramente atribuído a ela. Assim, pode-se finalmente concluir que verdadeira é a proposição na qual a relação entre os termos de que se constitui exprime a coisa sobre a qual versa o enunciado e, portanto, a relação que de fato existe entre ela e suas propriedades.

A falsidade e o erro ocorrem quando o sistema de relações constante dos sinais não exprime adequadamente a ordem da ligação entre as coisas que eles substituem, e, portanto, quando aquelas conexões não se constituem como correlato das estruturas de relação que determinam

a natureza das coisas. Assim, se predicar é dizer de algo que é algo, e os símbolos e conceitos são, no pensamento, as próprias coisas, são falsas as proposições formadas de tal sorte que a ligação entre os conceitos delas constantes não corresponda à relação que efetivamente se verifica entre as naturezas significadas pelos termos, ou seja, tais enunciados afirmam do sujeito uma propriedade que não participa de fato de sua natureza, ou, pelo contrário, negam da coisa uma propriedade que lhe concerne, e é esta a razão de sua falsidade.

Sendo assim, as relações estabelecidas entre os signos, quando aplicados ao conhecimento, concernem a eles derivada e secundariamente, na medida em que são expressão das coisas e as substituem nos pensamentos e proposições. Daí que Leibniz escreva, nos *Novos Ensaios*, em resposta à observação de Filaleto (LEIBNIZ, 1992a, p. 472) de que sob os nomes estão as ideias, como se sobre estas repousasse a realidade dos signos, que a verdade deve ser buscada na relação entre os objetos das ideias, por força da qual uma ideia está contida ou não na outra. Pois, tal como no que diz respeito aos símbolos da linguagem, cujas relações se subordinam àquilo que efetivamente acontece no plano das coisas, também as relações entre as ideias são determinadas, em última instância, pelas conexões efetivamente verificáveis entre os objetos que elas exprimem. Conforme escreve Teófilo, é essa relação o que temos em comum com Deus e com os anjos, que prescindem de signos para conhecer as coisas, de sorte que a verdade dos enunciados encontra seu fundamento, afinal, na correspondência entre seu conteúdo e a realidade sobre a qual se afirma ou nega. Deus vê perfeitamente a natureza das coisas, sabe quais propriedades as definem, e, por conseguinte, conhece os juízos que afirmam ou negam verdadeiramente acerca daquilo que elas são.

A crítica de Leibniz à afirmação da dependência das verdades em relação às nossas ideias estava já presente em textos bastante anteriores aos *Novos Ensaios* (1703-04): no *Diálogo sobre a conexão entre as coisas e as palavras*, de 1677, um dos personagens questiona reiteradamente o outro sobre se há proposições verdadeiras que não tenham sido ainda pensadas por ninguém, ao que lhe é respondido que certamente, pois o enunciado que afirma, por exemplo, que o círculo é a figura que encerra maior área é verdadeiro quer tenha sido pensado quer não pelos matemáticos ou percebido na experiência, pois a razão de ser verdadeiro é que afirma da natureza do círculo uma propriedade que efetivamente lhe concerne. Uma das notas características que definem a coisa círculo é ser ele a figura de maior área, de modo que é verdadeira a proposição constituída de tal sorte que a conexão entre os nomes que dela constam exprima a relação de identidade entre o círculo e essa sua propriedade, pois tal enunciado diz do que é, que é.

Assim, pouco importa que no caso das proposições que exprimem verdades de fato tenhamos de nos valer, no mais das vezes, dos dados da experiência para determinar seu valor de verdade, de modo que o princípio de inerência pareça, então, inócuo como fundamento de nosso conhecimento das coisas. Uma vez afirmada a preeminência do vínculo entre os objetos em relação à ligação entre os signos, e dado que nomes e conceitos estão pelas coisas no pensamento, cumpre que mesmo nas verdades contingentes, na medida em que verdade²⁴ é a expressão de um juízo pelo qual se afirma que algo é algo, se estabeleça uma conexão de identidade total ou parcial entre os termos. Pois tal ligação é, no enunciado, o símbolo de uma relação real pela qual se estabelece que o

24 Para Leibniz, na maioria dos textos, sinônimo de proposição.

sujeito – a natureza significada pelo sujeito – é a razão do predicado – da propriedade significada pelo nome que ocupa a posição de predicado na proposição. Essa é, portanto, a forma geral dos enunciados verdadeiros – qualquer que seja sua modalidade –, o correlato e substituto, no plano epistemológico, das relações que definem a natureza das coisas no plano ontológico, e não um mero critério para que se estabeleça seu valor de verdade, o qual se apresenta, no que concerne a uma grande classe de enunciados, de pouca utilidade.

Daí que Leibniz escreva, no artigo 8 do *Discurso de Metafísica*, que toda predicação verdadeira tem algum fundamento na natureza das coisas: atribuir a um sujeito um predicado qualquer é verdadeiro desde que seja uma determinação da natureza desse sujeito ser aquilo que se exprime por meio do predicado, e as noções por meio das quais concebemos essas naturezas, bem como os signos linguísticos pelos quais figuramos nossos pensamentos em proposições, na medida mesma em que substituem as coisas em nossos raciocínios, e desde que bem constituídos, exprimem essas relações, de sorte que as conexões originariamente vigentes entre as realidades pelas quais supõem são a razão que justifica e legitima o vínculo entre o termo sujeito e o termo predicado enunciado pela proposição verdadeira.

Isto posto, embora Leibniz apresente tanto a tese do *inesse*²⁵ quanto a concepção correspondencialista como definições de proposição verdadeira, atribuindo a ambas, por conseguinte, o estatuto de princípio a partir do qual determinar as condições de verdade de todo enunciado verdadeiro, fica clara a preeminência da segunda tese em relação à

25 *Praedicatum inest subjecto in propositione vera.*

primeira. Com efeito, os juízos que formamos sobre as coisas só são verdadeiros caso apresentem uma estrutura de relação equivalente àquela que determina a natureza dos objetos, de modo que é uma consequência da necessária analogia de nossos pensamentos válidos em relação às ideias de Deus que toda proposição verdadeira, na medida em que consiste na enunciação da identidade entre uma coisa e suas propriedades, seja tal que a noção do termo predicado apareça como parte constitutiva da noção do sujeito.

LANGUAGE AND TRUTH IN LEIBNIZ

ABSTRACT: In his essays discussing the improvement of the German language, Leibniz highlights the role played by signs in general in the construction of the sciences, opposing those who advocate the need to always consider the thing itself to discover its properties. The philosopher thought that if there were no signs capable of replacing a thing and the idea that we have of it, and if we had to continuously recall its nature and remake its definition, there would be no choice but to cease our dialogue with others as well as the reflection itself. And what makes a sign fit to occupy the place of a reality and apt to establish rational knowledge about things is that in its disposition and in establishing relations with other characters it expresses relationships and properties on the thing that it represents, so that its use generates the possibility of reaching the thing itself. That said, our goal will be to discuss the role that language plays in reasoning, as well as the nature of the terms and its relationship with the things that it signifies and with everything it assumes. So that we can first understand how Leibniz can define true propositions such as those in which there is a consistent connection between the terms; and then, at the same time, to state that it is important to find at the thing itself a foundation able to justify the proposition and show it *a priori*.

KEYWORDS: language, truth, sign, expression, assumption.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURKHARDT, H. (2014). “Observações sobre lógica, ontologia e semântica em Leibniz”. In: *Analytica*, Rio de Janeiro, vol. 18, n° 2, pp. 207-230, 2° semestre.

- LEIBNIZ, G.W (1982) *Escritos filosóficos*, (Olaso, E. ed) Buenos Aires: Charcas.
- _____ (2004) *Discurso de metafísica e outros textos*, São Paulo: Martins Fontes.
- _____ (2000) *L'harmonie des langues et extraits de correspondances*. Paris: PUF.
- _____ (1995) *La caractéristique géométrique*. Paris: Vrin.
- _____ (1946) *Correspondência com Arnould*. Buenos Aires: Editorial Losada.
- _____ (1992a) *Nuevos ensayos sobre el entendimiento humano*. Madri: Alianza Editorial.
- _____ (1992b) “Sulla saggezza”, in: *Scritti di logica*. Roma: Editori Laterza.
- _____ (2013) *Teodiceia – Ensaios sobre a bondade de Deus, a liberdade do homem e a origem do mal*. São Paulo: Estação Liberdade.
- _____ (1989) *Filosofia para princesas*. Madri: Alianza Editorial.
- LACERDA, T. (2006) “Leibniz: expressão e Característica universal”. In *Cadernos Espinosanos*, São Paulo, nº 15, pp. 87-109, 2º semestre.
- _____ (2006) *A expressão em Leibniz*, São Paulo, 227 páginas. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, USP.
- MARQUES, E. (2012). “Observações preliminares sobre a raiz da contingência em Leibniz”. In: *Metafísica, Lógica e outras coisas mais*: Rio de Janeiro: Nau.
- MOREIRA, V. C. (2006) “Linguagem e verdade em Leibniz e Hobbes”. In: *Analytica*, Rio de Janeiro, vol. 10, nº2, pp. 45-87, 2º semestre.
- _____ (2001) *Contingência e análise infinita: estudo sobre o lugar do princípio de continuidade na filosofia de Leibniz*. Porto Alegre, 498 páginas. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS.
- OCKHAM, G. (1999). *Lógica dos termos*. Porto Alegre: USF e Edipucrs.

RACIONERO, Q. (1994). “Verdad y expresion: Leibniz y la critica del subjetivismo moderno”. In: RACIONERO, Q., ROLDÁN, C. (orgs.) *G.W. Leibniz – Analogía y expresion*. Madri: Editorial Complutense.

RAUZY, J-B (2001). *La doctrinne leibnizienne de la vérité – aspects logiques et ontologiques*. Paris:Vrin.

Recebido: 31/08/2015

Aceito: 02/03/2016